
A CIDADE DA FOME: MOBILIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO DE POPULAÇÕES EM VULNERABILIDADE

THE CITY OF HUNGER: MOBILITY AND TERRITORIALIZATION OF POPULATIONS IN VULNERABILITY

LA CIUDAD DEL HAMBRE: MOVILIDAD Y TERRITORIALIZACIÓN DE POBLACIONES EN VULNERABILIDAD

Veronick Rezende Silveira¹

Arleson Renato Luz Costa²

<https://doi.org/10.5935/2358-3541.2024152328-pt>

Resumo

A pesquisa analisa como a distribuição de alimentos em pontos específicos da cidade influencia a mobilidade e a territorialidade da população em situação de rua, revelando dinâmicas sociais que ultrapassam a simples necessidade de se alimentar. Ao seguir rotas fixas em busca de marmitas e refeições solidárias, esse grupo constrói percursos diários que expressam pertencimento e exclusão, configurando uma organização urbana invisível e imposta. A discussão teórica fundamenta-se em Lefebvre (2004), Nascimento (2000), Valencio (2010) e Kosik (2010), relacionando o direito à cidade e a dialética do concreto à realidade marginalizada dos que habitam as ruas. Dialoga também com Duarte (2019), que evidencia o sentido simbólico do ato de comer e sua função na criação de vínculos sociais. A partir de observação participante, registro etnográfico e fotográfico, busca-se compreender como esses pontos de distribuição estruturam deslocamentos, interações e estratégias de sobrevivência. A questão norteadora é: como a existência de locais de doação de alimentos influencia o modo como pessoas em situação de rua se movem e ocupam o espaço urbano? O estudo contribui para o debate sobre segurança alimentar, cidadania e inclusão social, propondo reflexões sobre as contradições entre o direito à cidade e as formas concretas de exclusão que moldam o cotidiano das populações vulneráveis.

Palavras-Chave: População em situação de rua. Territorialidade urbana. Segurança alimentar. Exclusão social. Direito à cidade.

Abstract

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas, e-mail: veroh.nsil@gmail.com

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, e-mail: arlesoncosta@hotmail.com

The research analyzes how the distribution of food at specific points in the city influences the mobility and territoriality of the homeless population, revealing social dynamics that go beyond the simple need for nourishment. By following fixed routes in search of lunchboxes and solidarity meals, this group builds daily paths that express both belonging and exclusion, configuring an invisible and imposed urban organization. The theoretical discussion is grounded in Lefebvre (2004), Nascimento (2000), Valencio (2010), and Kosik (2010), relating the right to the city and the dialectics of the concrete to the marginalized reality of those who inhabit the streets. It also dialogues with Duarte (2019), who highlights the symbolic meaning of the act of eating and its role in creating social bonds. Based on participant observation, ethnographic and photographic records, the study seeks to understand how these distribution points structure displacements, interactions, and survival strategies. The guiding question is: how does the existence of food donation sites influence the way homeless individuals move and occupy urban space? The study contributes to the debate on food security, citizenship, and social inclusion, offering reflections on the contradictions between the right to the city and the concrete forms of exclusion that shape the daily lives of vulnerable populations.

Keywords: Homeless population. Urban territoriality. Food security. Social exclusion. Right to the city.

Resumen

La investigación analiza cómo la distribución de alimentos en puntos específicos de la ciudad influye en la movilidad y la territorialidad de la población en situación de calle, revelando dinámicas sociales que van más allá de la mera necesidad de alimentarse. Al seguir rutas fijas en busca de comidas y raciones solidarias, este grupo construye recorridos diarios que expresan pertenencia y exclusión, configurando una organización urbana invisible e impuesta. La discusión teórica se fundamenta en Lefebvre (2004), Nascimento (2000), Valencio (2010) y Kosik (2010), relacionando el derecho a la ciudad y la dialéctica de lo concreto con la realidad marginada de quienes habitan las calles. También dialoga con Duarte (2019), quien destaca el sentido simbólico del acto de comer y su función en la creación de vínculos sociales. A partir de la observación participante, registros etnográficos y fotográficos, se busca comprender cómo estos puntos de distribución estructuran desplazamientos, interacciones y estrategias de supervivencia. La pregunta orientadora es: ¿cómo la existencia de lugares de donación de alimentos influye en la forma en que las personas en situación de calle se mueven y ocupan el espacio urbano? El estudio contribuye al debate sobre seguridad alimentaria, ciudadanía e inclusión social, proponiendo reflexiones sobre las contradicciones entre el derecho a la ciudad y las formas concretas de exclusión que moldean el cotidiano de las poblaciones vulnerables.

Palabras Clave: Población en situación de calle. Territorialidad urbana. Seguridad alimentaria. Exclusión social. Derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

Nas cidades brasileiras contemporâneas, o espaço urbano se revela como um campo de tensões e disputas, no qual convivem projetos distintos de sociedade e modos diversos de habitar o mundo. À medida que as cidades se verticalizam e se tornam mais excludentes, cresce um contingente humano que se move pelas margens e sombras desses territórios, configurando o que Kosik (2010) chamaria de expressão concreta das contradições sociais. Essa população, muitas vezes invisibilizada pelo olhar comum, sobrevive entre fluxos e fronteiras, carregando consigo as marcas da desigualdade estrutural e a urgência de garantir algo tão natural quanto o alimento. A batalha pela fome se torna, assim, um símbolo de uma luta maior: o direito à vida em meio à negação sistemática de direitos.

A expansão da pobreza e a intensificação das desigualdades urbanas não são fenômenos recentes, mas têm se agravado com as transformações econômicas e políticas que modelam o espaço das cidades brasileiras. Segundo Lefebvre (2004), a cidade é o palco onde se expressam as contradições do capitalismo, e o direito à cidade — conceito central em sua obra — ultrapassa o simples acesso físico ao espaço urbano. Trata-se do direito de participar da produção e da significação desse espaço, o que é sistematicamente negado àqueles que vivem “fora de lugar”. Assim, as pessoas em situação de rua se tornam corpos que resistem na materialidade concreta da cidade, expondo a face mais crua de um modelo de urbanização que concentra renda e dispersa dignidade.

Nascimento (2000) aprofunda essa leitura ao diferenciar os “excluídos necessários” — aqueles que, mesmo à margem, ainda cumprem alguma função na lógica produtiva — dos “excluídos desnecessários”, cuja existência parece não se encaixar em nenhum circuito econômico reconhecido. Essa categoria de desfiliação ajuda a compreender o lugar ocupado pelas pessoas em situação de rua no Brasil atual: sujeitos que vivem na fronteira entre a visibilidade e o apagamento, sendo

lembrados apenas quando perturbam a ordem ou quando se tornam alvo de ações caritativas e políticas emergenciais.

Os dados mais recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2022) apontam para mais de 280 mil pessoas em situação de rua no país, um número que cresceu de forma acelerada nos últimos anos e que reflete não apenas o desemprego e a precarização do trabalho, mas também o enfraquecimento das redes de proteção social. O espaço urbano, nesse contexto, se transforma em território de sobrevivência. Palombini (2013) destaca que a rua, para além de ser um lugar de passagem, torna-se um espaço de permanência, convivência e construção de vínculos. É na rua que se estabelecem laços, se constroem rotinas e se produzem novas formas de sociabilidade, ainda que frágeis e constantemente ameaçadas pela repressão e pela indiferença.

Ao observar a dinâmica cotidiana das ruas, nota-se que a fome e a busca por alimento organizam trajetórias, rotas e encontros. As marmitas distribuídas por grupos solidários, os restos deixados nos mercados, as doações ocasionais — todos esses gestos, ainda que pontuais, estruturam uma geografia da sobrevivência. Júnior et al. (2022) interpretam esse fenômeno como uma forma de territorialidade urbana, na qual o espaço é constantemente ressignificado pelas práticas e estratégias de quem vive à margem. Cada ponto de doação, cada praça ou viaduto, torna-se um marco simbólico, um território efêmero que surge e desaparece conforme os ritmos da solidariedade e do controle urbano.

Essas territorialidades, no entanto, não são fruto de um projeto coletivo consciente, mas de uma necessidade que se renova todos os dias. A rua, como indica Holanda (2019), é um sistema em si, com suas regras, hierarquias e modos de convivência. Os moradores de rua “se viram” nesse sistema — expressão que traduz uma astúcia social, uma capacidade de criar formas de resistência mesmo na ausência de recursos. Essa sobrevivência cotidiana, embora marcada por estratégias criativas, também evidencia a precariedade de uma sociedade que delega à caridade o que deveria ser garantido como direito.

Cunda et al. (2019) chamam atenção para a multiplicidade de significados atribuídos à palavra “rua” e àqueles que nela vivem. A rua é, ao mesmo tempo, espaço de trânsito, de exclusão e de pertencimento. As políticas públicas, quando existem, tendem a tratar a rua como um problema a ser removido, e não como uma expressão legítima de modos de vida que emergem da desigualdade. Nesse sentido, o nome “população em situação de rua” já carrega uma tentativa de neutralizar o incômodo: nomear é uma forma de enquadrar, de transformar sujeitos em categoria administrativa, muitas vezes esvaziando suas histórias e vozes.

Lefebvre (2004) argumenta que o direito à cidade só se concretiza quando todos os habitantes têm a possibilidade de produzir e usufruir o espaço urbano em sua totalidade. No entanto, o que se observa é uma fragmentação crescente: enquanto alguns grupos se beneficiam da lógica dos enclaves urbanos e do consumo privatizado, outros circulam pelas brechas, criando microterritórios de sobrevivência. Essa dualidade revela a face desigual do urbano brasileiro, onde o concreto — no sentido físico e no sentido kosikiano — expressa as contradições mais profundas da vida social.

Kosik (2010) propõe compreender a “dialética do concreto” como o movimento que revela a essência das contradições encobertas pelas aparências. Aplicado à cidade, isso significa olhar para além do visível, perceber as estruturas que produzem e sustentam a exclusão. O alimento, nesse contexto, torna-se mais do que uma necessidade biológica: é o elo que conecta corpos e territórios, que denuncia o fracasso das políticas de segurança alimentar e a persistência da desigualdade. A busca por comida organiza trajetórias e define fronteiras, transformando o urbano em um mapa afetivo e social de carências e resistências.

O cenário que se desenha é o de uma sociedade que naturaliza a presença da miséria enquanto exhibe discursos de progresso e modernidade. A convivência entre condomínios de luxo e acampamentos improvisados sob viadutos expõe uma urbanidade partida, onde o direito à cidade se converte em privilégio. Nesse contexto, compreender as práticas cotidianas da população em situação de rua é também compreender a própria cidade — suas falhas, suas ausências e suas resistências.

Assim, a questão que se impõe é: como o cotidiano das ruas e as práticas relacionadas à alimentação revelam as contradições da vida urbana e a luta pelo direito à cidade nas metrópoles brasileiras contemporâneas? A partir dessa pergunta, busca-se refletir sobre como as dinâmicas da sobrevivência materializam as desigualdades sociais, convertendo o ato de comer em uma forma de resistência e em um espelho das fissuras do urbano.

A cidade, portanto, não é apenas o cenário onde essas vidas acontecem; ela é parte do problema e, potencialmente, parte da solução. Reconhecer os sujeitos que se movem pelas sombras e compreender as estratégias que constroem para resistir é um passo essencial para repensar políticas públicas, práticas solidárias e a própria noção de cidadania. Como lembram Júnior et al. (2022), o território urbano não é apenas ocupado — ele é produzido cotidianamente, por todos, inclusive por aqueles que a cidade insiste em negar.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa baseada em métodos etnográficos, que privilegia a observação do participante e o registro de campo como principais instrumentos de coleta de dados. Essa abordagem parte da compreensão de que a rua é um espaço vivo, dinâmico e relacional, e que apenas a imersão direta no cotidiano das situações em situação de rua permite acessar a profundidade de suas experiências e significados. A observação participante, acompanhada de registros fotográficos e narrativos, busca interpretar os sentidos que emergem das interações entre os moradores de rua, os grupos de caridade e os espaços urbanos.

Durante o processo de observação, a pesquisadora acompanha trajetórias em busca de alimentos, identifica pontos de distribuição e registra as dinâmicas de encontro, espera, deslocamento e convivência. Essas práticas permitem construir uma cartografia simbólica de sobrevivência nas cidades, na qual o alimento aparece como eixo estruturante da circulação urbana e da organização social de quem vive nas ruas. As anotações de campo e os registros visuais, posteriormente investigados à luz do referencial teórico, possibilitam conectar as práticas cotidianas às dimensões mais amplas do espaço urbano e das políticas de exclusão, revelando múltiplas

camadas de significado — da sobrevivência material à busca por reconhecimento e pertencimento.

RESULTADOS DO CAMPO ETNOGRÁFICO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A observação etnográfica aqui apresentada se desenvolve a partir de uma caminhada diurna ocorrida em 1º de novembro de 2025, em Pelotas (RS), entre dois espaços centrais de sociabilidade urbana: a Praça Coronel Pedro Osório e a Praça Dom Antônio Zattera. O trajeto, em meio ao frio e ao sol tênue de um sábado, revelou não apenas práticas de solidariedade e sobrevivência entre pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas também a materialização concreta das contradições estruturais que compõem a vida urbana brasileira.

A partir de Lefebvre (2004), compreende-se que a cidade é produto e expressão das relações sociais que a produzem. O espaço urbano não é um dado neutro, mas resultado das disputas e das forças que indicam quem tem direito de habitá-lo e quem é relegado às suas margens. Por isso, compreender as dinâmicas de presença e resistência nas ruas de Pelotas requer um olhar que vá além do assistencialismo, identificando os modos pelos quais os sujeitos produzem, cotidianamente, sentidos para existir no espaço que também os exclui.

Interlocutor um: a ação religiosa e o cotidiano da fome

A observação se inicia na Praça Coronel Pedro Osório, onde o interlocutor um participa da distribuição de café da manhã organizada por uma congregação religiosa local. É ele quem coordena o grupo que, todos os sábados, chega em carros carregados de térmicas, copos e alimentos simples. A cena é de movimento rápido e disciplina solidária. O interlocutor um se aproxima, cumprimenta e, ao explicar seu trabalho, afirma: “É tanta gente que passo a cada final de semana que nem imagina, parece que nunca muda...”.

Essa fala demonstra o tensionamento entre fé e rotina, entre o gesto solidário e a consciência das repetições circulares da pobreza. Lefebvre (2004) esclarece que o espaço urbano não é apenas cenário, mas parte de uma produção social contínua: a praça, temporariamente, se transforma em lugar de acolhimento e de visibilidade.

Contudo, como o interlocutor um observa mais adiante, “Nem todos vêm sempre, uns vão nos outros grupos, a cidade é grande demais pra tudo isso caber.” O comentário evidencia a fragmentação espacial das práticas de distribuição — cada grupo de doadores (religiosos ou civis) possui seu espaço simbólico, constituindo múltiplas territorialidades efêmeras dentro do mesmo território formal da cidade.

Na conversa, o interlocutor um também reconhece sua limitação: “A fé ajuda, mas a fome não espera”. Tal afirmação conecta sua vivência cotidiana à contradição entre o ideal de solidariedade e a incapacidade estrutural de alterar as condições de vida dos sujeitos assistidos. De acordo com Lefebvre (2004), o “direito à cidade” não se restringe ao acesso físico ao espaço, mas inclui o direito a produzi-lo. Nesse contexto, o ato de servir café e pão representa tanto um gesto de resistência simbólica quanto a reprodução involuntária de uma hierarquia urbana que distingue quem doa e quem depende.

Interlocutor dois: afetos e estratégias no espaço da rua

Durante a mesma manhã, surge o interlocutor dois, reconhecido pelo grupo como um dos frequentadores assíduos da praça. A maneira como interage com os voluntários destaca uma subjetividade construída nas margens, estruturada pela reciprocidade e pela improvisação cotidiana. Após servir o café, ele guarda o resto do líquido em uma pequena térmica dizendo: “Guardar pro querido, né? A gente nunca sabe se o dia vai render.”

Essa frase, simples e poética, expressa o que KOSIK (2010) denomina de contradição dialética do concreto histórico: o gesto materializa simultaneamente a carência e a solidariedade. Na rua, a sobrevivência é mediada por trocas simbólicas e afetivas que mantêm a coesão mínima entre os grupos. Como ele acrescenta, “Tem dia que sobra pão, mas falta dente; tem dia que sobra força, mas cansa o corpo...”. A fala revela ironia e lucidez diante da precariedade, mostrando a consciência de quem reconhece tanto a necessidade do alimento quanto o limite da ajuda recebida.

Durante o deslocamento para a Praça Dom Antônio Zattera, o interlocutor dois sintetiza sua visão da cidade: “A cidade é daquele que tem. A gente só se encosta

nela quando dá.” A interpretação remete ao direito à cidade conforme Lefebvre (2004): o espaço urbano não é igualmente acessível a todos, e os sujeitos em vulnerabilidade vivem em uma territorialidade móvel, dependendo de oportunidades e permissões implícitas para circular e permanecer. Sua fala seguinte reforça a ideia de territorialidade praticada, tal como sugerido por Gehlen (2017): “Aqui é a mão certa, lá eles respeitam a gente.” O respeito aparece como substituto do direito formal à alimentação e ao abrigo — uma espécie de legitimidade negociada, construída pela convivência.

Mais tarde, ao observar a chegada da kombi do coletivo “Nós por Nós”, o interlocutor dois afirma: “Hoje tem visita importante... tudo bonito quando tem câmera, né?” A ironia desmonta o caráter performático do assistencialismo midiático. Para Kosik (2010), a aparência da ação solidária encobre a essência da desigualdade: o alimento é, nesse contexto, simultaneamente meio de sobrevivência e signo de exclusão. A doação se torna um espetáculo que legitima o que deveria ser direito.

Interlocutor três: o tempo social da sobrevivência

Na mesma praça, o interlocutor três aparece entre as filas. Seu corpo cansado e o boné rebaixado revelam os sinais da espera prolongada. Impaciente, comenta: “Meio-dia e meio e nada... se atrasar demais, o pessoal se espalha.” A frase, direta, traduz o tempo social da rua — um tempo marcado pela irregularidade, pela urgência e pela dependência de terceiros. Quando acrescenta: “Eu pego a marmitta aqui, atravesso a praça e ainda dá pra arrumar uma pra janta”, descreve uma estratégia espacial que coincide com a noção de “produção de significados nas práticas da rua” de Gehlen (2017). Para ele, o espaço é função e mapa: cada praça, esquina ou fila registrada se transforma em território vivido, parte de um circuito de sobrevivência.

Em tom descontraído, ri e comenta com o outro indivíduo que está à sua frente: “Tu vai pegar mais rango, né? Tá na tua cara que come pouco em casa!” O humor, nesse contexto, é forma de resistência simbólica — modo de suavizar a desigualdade e afirmar a presença no espaço público. Sua fala posterior, já ao final da tarde, condensa a síntese da precariedade persistente: “Se o dia render, amanhã volto pra garantir o almoço.” Para Lefebvre (2004), o cotidiano contém as contradições

estruturais da sociedade. O interlocutor três, em sua rotina de filas e deslocamentos, encarna a dialética entre dependência e autonomia, revelando como a vida urbana é continuamente reconstruída por aqueles que dela são excluídos.

O alimento como espelho da cidade

As cenas observadas nas duas praças de Pelotas mostram como o alimento se torna elemento simbólico de mediação entre exclusão e reconhecimento. Lefebvre (2004) afirma que o direito à cidade está ligado à possibilidade de participar da produção do espaço urbano. Em contrapartida, o que se nota é que a distribuição de comida, embora garanta a sobrevivência imediata, reforça uma lógica de hierarquia e dependência. Kosik (2010) ajuda a compreender essa contradição ao indicar que o mundo social se expressa em aparências que escondem a essência das relações produtivas. Assim, as filas e fichas numeradas, as marmitas distribuídas rapidamente e as fotos políticas compõem uma coreografia da desigualdade.

A Praça Dom Antônio Zattera, repleta de sons e cheiros de feira, transforma-se em um território híbrido onde se misturam comércio, filantropia e miséria. O interlocutor dois observa que “a praça é de todo mundo, mas ninguém quer ficar nela por muito tempo”. A frase sintetiza a ambiguidade do espaço público urbano: lugar de encontro e de exclusão simultânea. As praças se convertem em refúgio temporário de corpos descartáveis, onde a convivência é permitida enquanto não se desafia a ordem.

Como notam Gehlen (2017), a rua deve ser entendida como espaço de práticas e significados — não apenas como ausência ou carência, mas como lugar de produção de sociabilidades e estratégias de vida. Na observação realizada, isso é perceptível na forma como os interlocutores constroem sentidos próprios para o ato de comer, compartilhar e estar juntos. A alimentação se torna, nesse contexto, prática política involuntária: um gesto de resistência diante da negação cotidiana de direitos.

Diálogo entre teoria e campo: a cidade como contradição viva

A análise dialética proposta por KOSIK (2010) permite ler o fenômeno da fome e da exclusão urbana como manifestações visíveis de uma estrutura social que

reproduz desigualdades. A aparência de inclusão — representada pelas ações assistenciais — mascara a essência de uma cidade organizada pela lógica da segregação. Cada copo de café e cada marmita simbolizam uma disputa silenciosa entre o direito proclamado e o direito vivido. A fala do interlocutor um, quando afirma que “a fé ajuda, mas a fome não espera”, sintetiza a materialização dessa contradição. Lefebvre (2004) reforça que o espaço urbano é também um campo de conflitos ideológicos. As práticas observadas nas praças evidenciam a coexistência de dois movimentos: o da gestão institucional da carência e o da apropriação simbólica pelos sujeitos marginalizados. Esses espaços de distribuição de comida configuram uma forma de resistência fragmentada, por meio da qual os vulneráveis reclamam, mesmo que silenciosamente, seu direito de existir na cidade.

Assim, a presença dos interlocutores e de tantos outros sujeitos anônimos reafirma que a cidade não pertence apenas aos que têm propriedade, mas também aos que a reinventam a partir da ausência. O alimento, nesse contexto, é espelho da urbe — revela suas fissuras, mas também sua capacidade de recomeço.

A territorialidade como expressão do corre

A caminhada deles nas praças das cidades não é apenas um fenômeno social observável, mas uma expressão concreta das contradições históricas que estruturam o espaço urbano brasileiro. As distribuições de alimentos em espaços públicos como praças e feiras não representam apenas um gesto assistencialista ou humanitário, mas revelam um movimento constante de territorialização e desterritorialização que molda o modo como esses sujeitos vivem, circulam e afirmam sua existência dentro da cidade. Cada praça, cada esquina ou ponto de doação compõe uma rede de pertencimento transitório, onde o alimento não é apenas necessidade biológica, mas também símbolo de reconhecimento e materialização do direito de estar e de ser visto. Quando as filas se formam e os corpos se ordenam ao redor das marmitas ou das térmicas de café, a cidade se reorganiza em torno de outros centros de força — centros que emergem das margens. A ação de buscar comida é, ao mesmo tempo, ato de sobrevivência e afirmação política: um movimento que transforma o espaço homogêneo, planejado para o consumo e a circulação, em território de partilha e resistência. Nesse processo, o urbano deixa de ser apenas cenário e torna-se obra

viva, produzida cotidianamente pelas trajetórias daqueles que dele são sistematicamente excluídos. Eles não são meros beneficiários de um gesto solidário, mas protagonistas da recriação simbólica da cidade, imprimindo nela novas cartografias da existência, redesenhando o mapa moral e espacial do que significa viver no espaço público.

Essas territorializações efêmeras revelam um ritmo urbano próprio, onde o tempo é marcado pelas esperas, pelas filas, pelos deslocamentos e pelas ausências. A cidade formal, planejada e higienizada, impõe uma temporalidade da produtividade e do controle; já a cidade vivida nas praças e ruas opera com um tempo da sobrevivência e da improvisação. O “corre” cotidiano — essa busca incessante por onde haverá doação, por onde o alimento será oferecido, por onde o corpo será aceito — expressa uma temporalidade fragmentada, regida mais pela urgência da necessidade do que pela lógica da estabilidade. Essa mobilidade revela uma tensão estrutural: a mesma cidade que oferece o alimento também o nega quando impõe limites de permanência, quando apaga os rastros da presença daqueles que não se enquadram em sua estética ou funcionalidade. Assim, o espaço urbano torna-se palco de um ciclo permanente entre o acolhimento e a expulsão. Cada ato de distribuição territorializa o espaço, convertendo-o por instantes em território de convivência e reconhecimento; mas, logo após, a desterritorialização se impõe — os indivíduos se dispersam, as praças voltam à sua função turística e as presenças indesejadas são removidas pela limpeza e pelo olhar disciplinador. Ainda assim, esses microterritórios da fome e da solidariedade são mais do que espaços da carência: são espaços de sociabilidade e invenção, onde se formam vínculos, se trocam saberes e se organizam rotas de vida. A rua — e, sobretudo, a praça — funciona como laboratório do direito à cidade, onde os sujeitos experimentam formas de estar e reagir coletivamente, ainda que em contextos adversos. Nessas práticas, o alimento media relações entre o Estado ausente, a caridade presente e a própria força da comunidade.

É nesse movimento incessante que estes seres invisíveis constroem e desmontam, todos os dias, suas pequenas soberanias sobre o espaço urbano. Territorializam-se quando criam entre si laços, quando compartilham informações, quando reconhecem o olhar de quem também frequenta aquelas praças;

desterritorializam-se quando são obrigados a seguir adiante, quando a comida acaba, quando as forças da cidade retomam o controle de seus espaços. Mas é exatamente nesse fluxo, entre presença e desaparecimento, que se expressa a luta silenciosa pelo direito de existir. Eles transformam a rua em território de significação, em campo simbólico de confrontação contra um urbanismo que estrutura geografias da desigualdade, reservando visibilidade e conforto a poucos e despojando a maioria. As práticas de distribuição de alimentos, vistas superficialmente como caridade, são, na verdade, momentos de reconfiguração das relações sociais — ocasiões em que o urbano é recriado de baixo para cima, não pela política oficial, mas pela ação cotidiana daqueles que fazem da precariedade uma forma de reinvenção. O alimento, nessa perspectiva, converte-se em espelho da cidade: ele reflete tanto suas rachaduras sociais quanto sua potência de resistência. Alimentar-se, nesse contexto, não é um ato passivo, mas uma afirmação de presença, uma inscrição no espaço público, um gesto que desafia a lógica da invisibilidade. É a materialização de um direito — o de existir com dignidade — no interior de uma cidade que se nega a reconhecer plenamente a humanidade daqueles que a habitam de forma marginal. Cada prato servido, cada copo de café compartilhado, cada olhar trocado entre desconhecidos, é, portanto, um ato político que redimensiona o sentido do urbano. Nessas tramas frágeis e transitórias, a cidade revela sua essência contraditória: ao mesmo tempo espaço de exclusão e de possibilidade, de controle e de criação, de fome e de solidariedade. A territorialização que nasce nessas práticas mostra que mesmo os corpos mais vulneráveis são capazes de produzir espaço, de reinventar o comum e de afirmar, ainda que silenciosamente, que também lhes pertence o direito à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato etnográfico demonstra que compreender a população em situação de rua nas cidades brasileiras exige ultrapassar o olhar caritativo e reconhecer as dimensões políticas do cotidiano. Em Pelotas, as praças emergem como verdadeiros laboratórios vivos de produção social do espaço: nelas, fé, sobrevivência e exclusão se articulam em uma coreografia urbana marcada pela desigualdade, na qual o alimento organiza encontros, disputas e formas de circulação no território.

As falas dos interlocutores um, dois e três evidenciam que a fome é mais do que ausência de alimento: trata-se do produto de uma organização social que naturaliza e legitima o lugar daqueles que devem esperar pela caridade. Ao mesmo tempo, nesses mesmos espaços, germinam microformas de resistência, expressas no humor, na partilha, no respeito conquistado e nas redes de cuidado que se constituem nas brechas da cidade. Os gestos observados – servir, dividir, esperar, ironizar – não aparecem apenas como respostas à pobreza, mas como modos de produção simbólica de cidade, nos quais a rua se afirma como território social de criação, e não apenas de falta. Assim, as praças de Pelotas, com suas filas, cheiros e encontros, revelam uma gramática própria de pertencimento e resistência, fazendo emergir uma política silenciosa de sobrevivência que questiona, na prática, os limites do direito à cidade e denuncia a permanência da exclusão social.

A análise das cenas etnográficas de distribuição de alimentos nas praças de Pelotas evidencia que estudar a população em situação de rua implica reconhecer não apenas a complexidade de suas trajetórias, mas também os desafios metodológicos de se aproximar de um fenômeno marcado por mobilidade, heterogeneidade e forte carga de estigma. As práticas de “correr” pelo alimento mostram sujeitos que se territorializam e desterritorializam continuamente, construindo vínculos, redes de informação e rotas táticas pela cidade, ao mesmo tempo em que enfrentam intervenções estatais, controles morais e dinâmicas de invisibilização. Conforme argumenta a literatura, captar essa experiência exige metodologias sensíveis ao caráter processual da “situação de rua”, evitando definições fixas que cristalizam identidades e ignoram as múltiplas formas de entrar, permanecer e, por vezes, sair da rua. Percebe-se uma tensão permanente entre o esforço de produzir dados objetivos – contar corpos, mapear perfis, medir tempos de permanência – e a urgência de escutar narrativas, afetos e estratégias cotidianas, o que exigiria articular de fato abordagens quantitativas e etnográficas, com participação ativa das pessoas pesquisadas como co-pesquisadoras e mediadoras do campo. Na prática, porém, enxerga-se que o excesso de academicismo muitas vezes se apropriou da “pesquisa etnográfica” apenas como rótulo legitimador, transformando vidas em objeto de análise e publicação, sem devolver em forma de retorno social

minimamente proporcional aquilo que foi extraído em termos de tempo, história e sofrimento.

Nesse sentido, a literatura apresentada destaca a importância de reconhecer que o campo não é um cenário neutro, mas um espaço atravessado por políticas públicas, disputas de legitimidade e relações assimétricas entre pesquisadores, gestores e pessoas em situação de rua. As cenas de filas, fichas numeradas, deslocamentos entre praças, intervenções religiosas e ações de caridade midiática mostram que o alimento organiza temporalidades, sociabilidades e conflitos, tornando-se um operador analítico central para compreender como o espaço urbano é vivido “desde baixo”. Do ponto de vista metodológico, isso implica não reduzir a população em situação de rua a categoria homogênea, mas levar em conta suas diferenças internas quanto a gênero, raça, tempo de rua, vínculos familiares, usos de substâncias e inserções laborais precárias, tal como indicam pesquisas recentes realizadas em grandes centros urbanos brasileiros. Implica também enfrentar dilemas éticos complexos: como registrar cenas de extrema vulnerabilidade sem reforçar estigmas? Como lidar com expectativas de ajuda material que emergem durante o trabalho de campo? Como compartilhar resultados de pesquisa de modo a fortalecer a luta por direitos, e não apenas produzir conhecimento acadêmico? A referência a esses desafios convida a pensar o próprio ato de pesquisar como prática situada na cidade, em que a pesquisa territorializa e desterritorializa-se, negociando entradas, escutas e permanências em territórios marcados por desigualdade extrema. Ao articular as cenas etnográficas com essas reflexões, torna-se possível afirmar que compreender o corre pelo alimento é, ao mesmo tempo, compreender as dinâmicas de produção do espaço urbano e interrogar as formas como o conhecimento acadêmico pode contribuir para tornar mais visíveis as violências e as potências que atravessam as vidas em situação de rua.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.272 de 15 de setembro de 2006.** Regulamenta a Lei nº 11.346, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 1º out. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 24 dez. 2009. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm, Acesso em: 1º out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.** Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária; altera as Leis nºs 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); e revoga dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14628.htm. Acesso em: 1º out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual do Programa Restaurante Popular.** 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/projeto_logico_restaurante_popular.pdf. Acesso em: 1º out. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010.** Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, 5 fev. 2010.

CUNDA, Mateus Freitas; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.32, e223876, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876>. Acesso em: 21 ago. 2025.

DUARTE, Maria do Carmo Benedita. **O comer e a comida para a população em situação de rua.** 2019. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2019. Disponível em: <https://mpemdh.unitau.br/wp-content/uploads/2017/dissertacoes/mdh/b/Maria-do-Carmo-Benedita-Duarte.pdf>. Acesso em: 1º out 2025.

GEHLEN, Ivaldo; MEIRELLES, Mauro; SCHUCH, Patrice. Desafios metodológicos ao estudar a população em situação de rua. In: Patrice Schuch; Ivaldo Gehlen; Rita dos Santos (orgs.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: Cirkula, 2017a. p. 91-107.

HOLANDA, Jorge Garcia de. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre, v.19, n.1, p. 28-44, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/30941>. Acesso em: 21 ago. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 1º out. 2025.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-milpessoas-no-brasil>. Acesso em: 1º out. 2025.

JUNIOR, Valdir Costa; CHAGAS, Priscilla. Borgonhoni; OLIVEIRA, Josiane Silva. Organização-cidade e território a territorialidade das pessoas em situação de rua a partir de suas práticas cotidianas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**. Curitiba: IBEPES, v.21, n.1, p.175-200, 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2004.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Marcel Bursztyrn (org.) In: **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2000. p. 56-87

PALOMBINI, Leonardo Lahm. Moradores de rua e suas relações com o espaço urbano. **Revista Para Onde!?**, São Paulo, v.7, n.2, p. 47-56, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/49926>. Acesso em: 1 dez. 2025.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Direito humano à cidade**. Coleção Cartilhas de Direitos Humanos. Vol. VI, 2. ed. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.mobilizacuritiba.org.br/files/2014/01/Cartilha-Direito-à-Cidade-Plataforma-Dhesca.pdf>. Acesso em: 1º out. 2025.

SILVA, Tiago Lemões. A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos.

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia. Niterói: EdUFF, n. 29, p. 131-149, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41753>
Acesso em: 12 dez. 2025.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; PAVAN, Beatriz Janine Cardoso; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, p. 556-605, 2008. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/NormaArt.pdf>. Acesso em: 1º out. 2025.